

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

A SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL E A IMPLANTAÇÃO DO CAPS-I NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Lorena Vechiatto (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil); Alvaro Marcel Palomo Alves (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil).

contato: lorena_vechiatto@hotmail.com

Palavras-chave: CAPS-i. Revisão sistemática. Saúde Mental.

Tendo como tema disparador para esta pesquisa a saúde mental infanto-juvenil no Brasil, faz-se necessária uma retomada histórica a respeito da assistência à saúde mental dessa população. Desde o período colonial até o final do século XX, não havia um espaço próprio para o cuidado da população infanto-juvenil. Ao contrário, em tempos de higienismo, crianças e adolescentes que desobedecessem as normas imposta pela sociedade burguesa eram institucionalizados, escondidas dos olhos da sociedade. Dessa forma, além de se estabelecer a ordem social, também se evitava que o Estado assumisse a responsabilidade de amparar, cuidar e respeitar as crianças e os adolescentes. Com a chegada do século XXI a sociedade ainda necessitava de serviços que atendessem, única e exclusivamente, crianças e adolescentes, porque quando essa população carecia de atendimento os únicos serviços disponíveis para o cuidado eram voltados para o atendimento de adultos.

Assim, foi somente no ano de 2002, com a promulgação da portaria nº336/GM, pelo Ministério da Saúde, que a saúde mental de crianças e jovens foi reconhecida como questão de saúde pública e inserida na composição das ações do Sistema Único de Saúde, por meio da implantação dos Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS-i). Portanto, o cuidado para com a criança e o adolescente passou a ser tarefa do Estado e da população adulta, tendo, a partir de então, um serviço destinado exclusivamente para o atendimento infanto-juvenil. Assim, compreende-se a importância de promover uma revisão bibliográfica que tenha como objetivo descrever o processo de construção e de funcionamento dos CAPS-is.

Dessa forma, essa pesquisa será classificada como de natureza bibliográfica do tipo integrativa e qualitativa. Pautar-se-á em publicações datadas entre o período do ano de 2002 a 2013, exclusivamente em português e presentes nas bases de dados: *SciELO*, BVS-psi e portal de periódicos da CAPES. Portanto, a pesquisa contou com a revisão sistemática de 36 textos,

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

sendo eles compostos por duas portarias do Ministério Público da Saúde, duas teses, quatro cartilhas e vinte e oito artigos. Durante a análise dos textos encontrados, foi possível dividi-los em duas categorias. Primeiramente, o grupo referente à construção do CAPS-i, que abarcou os textos publicados entre os anos de 2002 a 2006, pois nesse período houve a publicação de portaria e de cartilhas que objetivavam explicitar qual seria o papel dos CAPS-is. E o segundo grupo ficou destinado para o funcionamento do CAPS-i, que pode ser observado nos textos publicados entre 2007 a 2013, pois há maior quantidade de textos referente aos serviços realizados nos CAPS-is e também de investigações feitas com os próprios funcionários e usuários desses Centros.

Ao observar o grupo referente à construção do CAPS-i, foi possível compreender que a cartilha Brasil (2005) e o artigo de Ribeiro (2006) foram essenciais para promover as discussões do processo histórico de descuido para com a infância. Além disso, promoveram o esclarecimento da necessidade de se instaurar um serviço público voltado para o atendimento infanto-juvenil, que contrariasse todo o processo de institucionalização sofrido por algumas crianças dos séculos passados. Outra cartilha que se fez importante para a construção do CAPS-i foi publicada no ano de 2004, tal texto buscou esclarecer princípios básicos a respeito do novo serviço, que havia entrado em vigor por meio da portaria nº 336/GM. Esse texto esclarece o que é um CAPS, quais são as suas tipologias, qual é função de cada um deles, por quais profissionais a equipe deve ser formada, a necessidade de fornecer atendimento às famílias dos usuários e outros fatores que complementam as informações fornecidas pela portaria. Portanto, de acordo com essas publicações, o modelo do CAPS-i pretendia sobrepujar as ideias de institucionalização das crianças e dos adolescentes em sofrimento psíquico, superando assim o modelo biologizante que enfoca na doença orgânica e na figura do médico como detentor exclusivo do saber.

Todavia, o que se observa no subgrupo destinado para o funcionamento do CAPS-i é algo um pouco diferente do que se consolida como princípios nas cartilhas. Muitos artigos como de Santos (2006), Hoffmann, Santos e Mota (2008), Delfine et al (2009) e Ronchi e Avellar (2010) ficaram pautados nos estudos de prontuários de diferentes CAPS-is, evidenciando que independente do Centro ainda há a prevalência de ações classificatórias que enquadram o sofrimento do paciente em um manual de diretrizes clínicas e de diagnóstico. Demonstrando assim, que o saber médico ainda é a fonte primordial nos atendimentos, porque são apenas esses profissionais que dominam as formas de classificação e de diagnóstico.

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

Diante disso, podemos inferir, com base nas dissertações de Beltrame (2010) e de Gomes (2012) e no artigo de Delfine e Reis (2012), que hoje temos um serviço de saúde mental voltado para ao atendimento infanto-juvenil, porém esse serviço ainda funciona com resquícios das ideias médicas, burguesas, orgânicas e higienistas.

Em consequência das atuações pautadas somente na figura do médico o trabalho em equipe não acontece, ou seja, o princípio de que o atendimento no CAPS-i se daria por meio de equipes multiprofissionais não acontece, como evidenciou os artigos de Santos (2006), Falavina e Cerqueira (2008), Hoffmann, Santos e Mota (2008), Delfine et al (2009), Ronchi e Avellar (2010), Monteiro et al (2012), a dissertação da Gomes (2012), e a cartilha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Esses dados demonstram o quanto os profissionais na área da saúde precisam de capacitações para atender a população em sofrimento, para também poderem discutir com outros profissionais na hora de fornecer um diagnóstico e na criação do plano terapêutico singular. Além das capacitações é necessário que os profissionais busquem textos que complementem suas atuações e promovam pesquisas no campo da saúde mental infanto-juvenil.

Em relação às demandas atendidas no CAPS-i, sabe-se que os centros são os responsáveis por acolher todas as demandas que chegam aos profissionais, porém, isso não implica que todas elas devam ser atendidas, pois muitas não estão relacionadas às questões infanto-juvenis. Mediante as publicações dos artigos de Ferriolli, Marturano e Puntel (2007), Delfine e Reis (2012), Beltrame e Boarini (2013), e das dissertações de Beltrame (2010) e Gomes (2012), vem à tona, como principal queixa encaminhada aos CAPS-is, questões associadas a problemas das instituições escolares, as quais, por sua vez, os transferem aos alunos como se fosse um problema de sofrimento psíquico individual. As queixas de problemas de aprendizagem e de comportamento escolar como, por exemplo, déficit de atenção e hiperatividade são encaminhadas das escolas para os CAPS-is, demonstrando que essas instituições não problematizam as suas práticas de ensino e culpabilizam unicamente o aluno pelo seu comportamento fora do “normal”.

Além dos encaminhamentos feitos pelas escolas, o artigo de Delfine et al (2009) apontou os encaminhamentos realizados pelos Conselhos Tutelares, e a dissertação de Beltrame (2010) nomeou mais três outras formas de encaminhamento que divergem da forma proposta nos princípios de construção do CAPS-i, são elas: a escola, a escola em conjunto com os pais e a escola em parceria com os Conselhos Tutelares. Portanto, tanto conselheiros

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

quanto a escola e os familiares possuem uma percepção deturbada a respeito dos possíveis atendimentos oferecidos pelos Centros e acabam utilizando o espaço como abrigo para as crianças e os adolescentes ou como válvula de escape para seus problemas institucionais.

Apesar das inúmeras contradições existentes entre os princípios de funcionamento do CAPS-i e suas atuais ações, compreendemos que esse serviço foi e é um marco para a história da saúde mental infanto-juvenil, porque garante atendimento a crianças e adolescentes, que até então eram institucionalizadas e tratadas apenas a partir das questões orgânicas (modelo clínico). Porém, observamos que mesmo com a criação de um serviço específico para essa população, o CAPS-i ainda não se consolidou como tal, pois os Centros ainda estão em processo de transição entre o modelo médico e o cuidado integrado, o qual uni os profissionais, as famílias, a comunidade e os pacientes em prol da reinserção social infanto-juvenil. Dessa forma, podemos inferir, que ainda hoje, presenciemos a existência de práticas que se associam ora com as ideias propostas pela desinstitucionalização e desospitalização, ora com as práticas manicomialistas e higienistas.

Referências

BELTRAME, M. M. **Infância e Saúde Mental: reflexões sobre a dinâmica de trabalho em um CAPSi**. In: _____. 2010, p. 252. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Psicologia. Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

BELTRAME, M. M.; BOARINI, M. L. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 02, p. 336-349, 2013.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DA ATENÇÃO À SAÚDE; DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. Como é um CAPS para Infância e Adolescência (CAPSi)? In: _____. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da saúde, 2004, p. 01-86.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DA ATENÇÃO À SAÚDE; DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. Atenção em saúde mental infanto-juvenil no SUS. In: _____. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. Brasília: Ministério da saúde, 2005, p. 01-72.

DELFINI, P. S. S. de, et al. Perfil dos usuários de um centro de atenção psicossocial infantojuvenil da grande São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 19, n. 02, p. 226-236, 2009.

DELFINI, P. S. de S.; REIS, A. O. A. A articulação entre serviços públicos de saúde nos cuidados voltados à saúde mental infantojuvenil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.

IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

28, n. 02, p. 357-366, fev. 2012.

FALAVINA, O. P.; CERQUEIRA, M. B. Saúde mental infantil: perfil dos usuários e suas trajetórias de acesso aos serviços de saúde. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 10, n. 01, p. 34-46, 2008.

FERRIOLLI, S. H. T.; MARTURANO, E. M.; PUNTEL, L. P. Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa da Saúde da Família. **Saúde Pública**, v. 2, n. 41, p. 251-259, 2007.

GOMES, F. M. de A. **Saúde Mental Infantil na Atenção Primária à Saúde: discurso de profissionais médicos**. In: _____. 2012, p. 126. Dissertação (Mestrado – Programa de Mestrado em Psicologia. Área de concentração: Psicologia e Saúde Mental.) – Universidade Federal de São João del-Rei, 2012.

HOFFMANN, M. C. C. L.; SANTOS, D. N.; MOTA, E. L. A. Caracterização dos usuários e dos serviços prestados por Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 03, p. 633-642, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Portaria nº336/GM**. Brasília: Ministério da saúde, 19 fev. 2002, p. 01-09. Disponível em:<
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria%20GM%20336-2002.pdf>>. Acesso em: 26 Set. 2013.

MONTEIRO, A. R. M. et al. Sofrimento psíquico em crianças e adolescentes – a busca pelo tratamento. **Escola Anna Nery**, v. 16, n. 03, p. 523-529, 2012.

RIBEIRO, P. R. M. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da colônia à república velha. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 01, p. 29-38, jan./abr. 2006.

RONCHI, J. P.; AVELLAR, L. Z. Saúde mental da criança e do adolescente: a experiência do Capsi da cidade de Vitória-ES. **Psicologia: teoria e prática**, v. 12, n. 01, p. 71-84, 2010.

SANTOS, P. L. dos. Problemas de saúde mental de crianças e adolescentes atendidos em um serviço público de psicologia infantil. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 315-321, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. IPUB. NUPPSAM. **Anais do I Congresso Brasileiro de Centros de Atenção Psicossocial – I CONCAPSi. Volume I**. UERJ/UFRJ: Rio de Janeiro, 2013. 305 p. Acesso: www.congressobrasileirodecapsi.com.br.